



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150809 - MG (2021/0232469-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : DANIEL ELIAS DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DANIEL COUTINHO DA SILVA - MG140635
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : DIEGO RAFAEL DA SILVA
CORRÉU : TALES HENRIQUE DA SILVA
CORRÉU : TAINARA VILELA DE ANDRADE
CORRÉU : LUCIENE APARECIDA DA SILVA
CORRÉU : MICHEL FERNANDO MARQUES
CORRÉU : ANA ROSA DIAS TREGA RODRIGUES
CORRÉU : LEONARDO MARCOS MARQUES
CORRÉU : ANDRELIZA MATOS DA SILVA
CORRÉU : DAIANY CRISTINA COSTA DE ARAUJO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DANIEL ELIAS DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.116105-4/000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33 e 35, c/c o art. 40, VI, todos da Lei n. 11.343/06 e art. 2º, *caput* e §4º, I, da lei 12.850/2013.

Sustenta haver excesso de prazo na prisão preventiva, uma vez que a custódia cautelar foi decretada em junho de 2020 e, até o momento, não há formação de culpa definitiva.

Destaca que o recorrente cumpre pena por outra ação penal, fazendo jus ao benefício da progressão de regime, o qual não lhe foi concedido, em razão da preventiva ora impugnada.

Ressalta que se faz necessária, a cada 90 dias, a verificação da permanência dos elementos autorizadores da segregação cautelar, procedimento que não teria sido realizado no caso em testilha.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja relaxada a prisão preventiva do recorrente, expedindo-lhe alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 129/132):

[...]

Conforme informado pela d. autoridade apontada como coatora (doc. de ordem n.º 12), a fase

instrutória da ação penal de origem se encontra concluída, aguardando-se, atualmente, apresentação das alegações finais das partes para a prolação de sentença.

Assim, aplica-se ao presente o caso o teor da súmula nº. 52 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a qual assim estatui, in verbis:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

[...]

Por fim, não verifico, no caso concreto, qualquer infringência ao disposto no artigo 316, parágrafo único, do CPP.

Quanto ao tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça decidiu que o prazo previsto no citado artigo não é peremptório, sendo que eventual descumprimento não acarreta a imediata liberação daqueles que estão legitimamente segregados. Veja-se:

[...]

Destarte, além do prazo previsto no artigo 316, parágrafo único, do CPP, não ser peremptório, certo é que no despacho acostado no documento de ordem n.º 08, o Magistrado a quo informou que reanalisaria a necessidade de manutenção da prisão na audiência de instrução e julgamento já designada.

Nesse cenário, não verifico, por ora, qualquer constrangimento ilegal impingido ao paciente, sobretudo, frise-se, pela eventual dilação do prazo do citado artigo não acarretar a imediata liberação daqueles que estão legitimamente presos.

[...]

Em conclusão, não se demonstrou nos autos qualquer constrangimento ilegal sendo praticado em desfavor do paciente, dado que superada a alegação de excesso de prazo, motivo pelo qual se impõe a denegação da ordem.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência